



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA)

EXERCÍCIO DE 2016

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2015



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

I. Unidade Gestora:

070014 – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

II. Pressupostos de Auditoria

Na aplicação do Plano Anual de Auditoria, serão observados:

- a) sua aderência ao Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP);
- b) oportunidade de realização dos exames (mudanças nas políticas e planos do próprio órgão);
- c) alternativas de trabalho, caso o procedimento indicado prioritariamente no plano não seja o mais apropriado para realização naquela oportunidade;
- d) definição do escopo do trabalho, equipe, cronograma e roteiro básico para pré-auditoria;
- e) aprovação formal da Presidência para início dos trabalhos.

III. Tipos de auditoria previstos:

- a) Auditoria operacional – AOp
- b) Auditoria de regularidade – ARg



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

A execução de auditorias especiais atenderá a determinações superiores ou a necessidade de acompanhamento e avaliação específica das unidades, nas situações em que as auditorias operacional e de regularidade não forem suficientes ou não se revelarem as mais adequadas para o exame pretendido.

IV. Forma de auditoria:

Auditoria Direta (AD), realizada com a utilização de servidores em exercício na Coordenadoria de Controle de Gestão e Auditoria.

V. Objetos dos exames de auditoria:

Os exames versarão sobre:

- a) os processos de licitação, sua dispensa ou inexigibilidade (arts. 24 e 25, da Lei nº 8.666/1993);
- b) contratações de bens e serviços;
- c) a conferência dos levantamentos anuais de bens móveis e de consumo e do Relatório de Gestão Fiscal;
- d) a avaliação da adoção de conta vinculada;
- e) atos relativos à requisição de pessoal;
- f) a análise dos fatores de risco relacionados às atividades de concessão de direitos e pagamento de salário e benefícios a servidores e ex-servidores do TRE-MG, bem como pensionistas, para fins de elaboração do Plano Anual de Auditoria para o exercício de 2016;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

- g) atos de inclusão/exclusão de dependentes para fins de concessão de auxílio pré-escolar;
- h) a concessão de abono permanência;
- i) substituições remuneradas;
- j) concessão de diárias;
- k) atos de aposentadoria, pensão e admissão de servidores cadastrados no SISAC/NET – Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões do TCU;
- l) folhas de pagamento de pessoal;
- m) o monitoramento de recomendações expedidas;
- n) a verificação do cumprimento da legislação pertinente;
- o) as ações dos gestores quanto aos aspectos da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade;
- p) o planejamento estratégico do TRE/MG;
- q) os processos de governança, de risco e de controle interno.

VI. Abrangência de atuação:

Atividades de gestão das unidades auditadas, programas de trabalho, recursos e sistemas de controle administrativo, operacional e contábil, atuando concomitante e posteriormente aos atos de gestão, e, excepcionalmente, atuando em caráter orientativo, mediante consultoria.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

VII. Local:

Edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (Av. Prudente de Moraes, 100, Cidade Jardim – Belo Horizonte/MG); Edifício Anexo (Av. Prudente de Moraes, 320, Cidade Jardim – Belo Horizonte/MG), Centro de Apoio (BR 040, km 2,5, Bairro Água Branca – Contagem/MG) e demais imóveis ocupados pelo Tribunal ou Zonas Eleitorais.

VIII. Alocação de recursos e distribuição de tarefas:

- a) Disponibilidade de recursos – serão utilizados os recursos humanos e materiais disponíveis na Coordenadoria de Controle de Gestão e Auditoria, e eventualmente, servidores cedidos de outros setores do Tribunal que possuam formação e perfil indicado para auditorias específicas, com base no item 7, VIII, a) do Parecer n.º 02/2013 – SCI/Presi/CNJ;
- b) Estimativa de custos da auditoria – não há custos extraordinários estimados, em razão da aplicação de recursos materiais e humanos ordinariamente utilizados nas atividades de rotina da Coordenadoria;
- c) Formação das equipes – As atividades de auditoria serão desempenhadas, em regra, pelos servidores da Coordenadoria de Controle de Gestão e Auditoria e, eventualmente, por servidores de outros setores, nos termos previstos, incumbindo a coordenação das atividades ao titular da Coordenadoria, com o apoio das chefias de Seção. A supervisão das atividades será exercida pelo titular da Secretaria (SCI).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

IX. Procedimentos de auditoria

Na execução das auditorias previstas serão observadas as normas emanadas do Tribunal de Contas da União, do Tribunal Superior Eleitoral, do Conselho Nacional de Justiça, as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna do Instituto dos Auditores Internos do Brasil, bem como, quando aplicáveis, as normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade.

X. Técnicas de auditoria por amostragem

Conforme as técnicas usualmente empregadas no serviço público, a auditoria será, preferencialmente, realizada com base em seleção de amostras representativas, obtidas mediante a aplicação de critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco, ou ainda, amostragem aleatória.

XI. Execução do trabalho de auditoria

Serão utilizados os programas de auditoria consignados nos papéis de trabalho – base para a fundamentação da opinião do auditor, das informações, apontamentos, provas e descrições dos serviços executados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Todo o trabalho de auditoria será coordenado e supervisionado – com a finalidade de assegurar que os procedimentos definidos estão sendo seguidos visando à consecução dos objetivos propostos –, mediante o acompanhamento permanente da execução das auditorias, revisão periódica dos papéis de trabalho, controle de qualidade dos trabalhos, entre outros.

O controle da realização do trabalho será exercido de forma a possibilitar seu encerramento no tempo previsto, ao modo em que foi planejado.

O controle visará, ainda, à adoção de eventuais medidas corretivas que se façam necessárias, com vistas à readequação de procedimentos e flexibilização do planejamento para o alcance dos objetivos.

XII. Audiência prévia com as áreas auditadas

Após a fase de execução das auditorias, haverá a apresentação dos achados preliminares, mediante encaminhamento de nota de auditoria/relatório preliminar, à unidade auditada, assegurando-lhe a oportunidade de prestar esclarecimentos adicionais, ou justificativas, em relação às evidências encontradas, ou, ainda, de sanar as falhas apontadas. Os comentários dos gestores constarão do relatório conclusivo.

XIII. Emissão do relatório de auditoria

Após a manifestação da área auditada, será emitido o relatório final de auditoria, observados os critérios de precisão, concisão, clareza e oportunidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

O relatório de auditoria terá por finalidade o fornecimento à Presidência de todos os fatos pertinentes e significativos de que necessite para a tomada de decisão necessária à correção de eventuais falhas ou desvios detectados na auditoria, bem como avaliação de melhorias propostas.

XIV. Acompanhamento de providências e respostas

O relatório de auditoria recomendará a tomada de providências com relação a determinados quesitos auditados, indicará critérios a serem observados no encaminhamento de justificativa ou ciência das providências adotadas, preocupando-se com os seguintes fatores:

- a) identificação dos responsáveis pela adoção de providências solicitadas;
- b) resposta a aspectos que necessitem de retorno;
- c) acompanhamento das providências solicitadas, a serem reportadas na época específica para esse fim, evidenciando a atuação administrativa para eliminação das falhas ou correção das irregularidades, bem como alterações efetuadas nos controles internos.

XV. Monitoramento

As providências adotadas, em cumprimento às recomendações tecidas no relatório conclusivo, serão monitoradas para verificar a correção das eventuais falhas ou desvios detectados e/ou para avaliar a implementação das melhorias propostas.

A seguir, o detalhamento do Plano Anual de Auditoria para o exercício de 2016.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
1. SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA					
1.1 Avaliação de processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, excluídas as contratações por dispensa no art. 24, incisos I e II (CONTINUAÇÃO)	SAURE CCG	ARg	<p>Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • exame documental; • exame dos registros nos sistemas SIAFI e ASIWEB; • análise das contas contábeis; • questionários; • circularizações; • correlação das informações obtidas; • revisão analítica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios, verificando a legalidade e formalidade dos processos licitatórios (licitações concluídas até julho de 2015); • aderência dos editais aos critérios de sustentabilidade. 	Janeiro a março



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
1.2 Avaliação das contratações de soluções de TI nos exercícios de 2015 e 2016	SAURE CCG	ARg	Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• exame documental;• correlação das informações obtidas;• questionários/entrevista;• Registros no SIAFI/ASIWEB	<ul style="list-style-type: none">• Avaliar, por amostragem, a aderência das contratações de soluções de TI às disposições contidas na IN SLTI/MPOG n.º 04/2010 e na IN TREMG n.º 007/2014;• Aderência das contratações aos critérios de sustentabilidade.	Agosto a novembro
1.3 Procedimentos de contratação direta - art. 24, incs. I e II da Lei n.º 8.666/1993 (ocorrência de fracionamento de despesa)	SAURE CCG	ARg	Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• exame documental;• exame dos registros nos sistemas SIAFI e ASIWEB;• correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar contratações sem a observância do procedimento licitatório exigido em lei, que possam configurar fracionamento de despesa.	Setembro a outubro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
1.4 Verificação do relatório de inventário anual de bens permanentes e de consumo, verificando a existência, os registros e a regularização de possíveis inconformidades.	SAURE CCG	ARg	Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• exame documental;• inspeção física;• exame dos registros nos sistemas ASIWEB, SIAFI e SPIUNET;• conciliações;• análise das contas contábeis.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar a compatibilidade entre o controle patrimonial realizado pelo setor competente e os registros constantes do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e do sistema ASIWEB.	Após a conclusão dos trabalhos da comissão de inventário



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
1.5 Monitoramento das recomendações feitas em Relatório de Auditoria (SADP 109.827/2011 e 115.749/2011) relativas a gestão da prestação de serviços postais de recebimento, coleta, transporte e entrega domiciliária de encomendas, cartas, telegramas, e outros serviços postais.	SAOPE CCG	AOp	Análise por meio da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• entrevistas;• questionários;• observação direta;• uso de dados existentes;• amostragem;• correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar o cumprimento e implementação das recomendações feitas aos setores auditados, relativamente aos níveis de eficiência e controles internos dos setores envolvidos com a gestão da prestação de serviços postais contratados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.	Junho a dezembro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
2. SECRETARIAS DE ORÇAMENTO E FINANÇAS					
2.1 Análise do Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre/2015	SAURE CCG	ARg	Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• exame dos registros no SIAFI;• análise das contas contábeis;• conferência de cálculos;• revisão analítica.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar se os valores informados em demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre/2015 estão em consonância com os registros do SIAFI.	Janeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
3. SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA / SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS					
3.1 Avaliação da adoção da conta vinculada no âmbito do TRE/MG (contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra)	SAURE CCG	ARg	Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• exame documental;• conferência de cálculos;• questionário/entrevista;• Correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar, por amostragem, a aderência às normas no que tange à abertura da conta vinculada, bem como os controles adotados para movimentação dessas contas.	Abril a julho



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
4. SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/TODAS AS SECRETARIAS					
4.1. Verificação das aquisições de bens por meio de Atas de Registros de Preços – ARP's	SAURE CCG	Arg	Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• exame documental;• exame dos registros no SIAFI;• análise das contas contábeis;• conferência de cálculos;• questionários;• correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar, por amostragem, a regularidade das aquisições de bens por meio de ARP's.	Abril a agosto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5. SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS					
5.1 Atos de requisição de pessoal efetuados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – TRE/MG (CONTINUAÇÃO)	SAUDP/ CCG	ARg	Utilização de papéis de trabalho de auditoria específicos e aplicação das seguintes técnicas: <ul style="list-style-type: none">• exame documental;• exame dos registros;• correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar, em relação aos atos de requisição de pessoal, se os procedimentos adotados têm observado a legislação vigente, as determinações/recomendações do Tribunal de Contas da União, bem como os princípios que regem a Administração Pública, especialmente, os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade.	Janeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5.2 Exame, por amostragem, das folhas de pagamento encaminhadas à Secretaria de Controle Interno e Auditoria, a partir de janeiro/2013, até 23/07/2014 (data anterior à publicação da Portaria nº 299/2014, da Presidência do TRE/MG) (CONTINUAÇÃO)	SAUDP/ CCG	ARg	Verificação das folhas de pagamento, com a aplicação das seguintes técnicas: <ul style="list-style-type: none">• exame documental;• exame dos registros;• conferência de cálculos;• correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar se os procedimentos adotados têm observado a legislação vigente e os princípios gerais que regem a Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade e da legitimidade.	Janeiro a abril



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5.3 Levantamento de riscos relacionados às atividades de concessão de direitos e pagamento de salário e benefícios a servidores e ex-servidores do TRE/MG, bem como pensionistas, para fins de elaboração do Plano Anual de Auditoria (CONTINUAÇÃO)	SAUDP/ CCG	AOp	Utilização de papéis de trabalho para verificação dos riscos envolvidos e aplicação das seguintes técnicas: <ul style="list-style-type: none">• entrevista;• exame documental;• elaboração da Matriz de Riscos e Controles;• correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Levantar os riscos envolvidos na operacionalização das concessões de direitos e no pagamento de salário e benefício a servidores e ex-servidores do TREMG, bem como pensionistas, visando à priorização de temas para elaboração do Plano Anual de Auditoria.	Fevereiro a abril



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5.4 Auditoria na prestação de assistência médica realizada no TREMG (CONTINUAÇÃO)	SAOPE CCG	AOp	Análise por meio da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• entrevistas;• questionários;• observação direta;• uso de dados existentes;• exame dos documentos originais;• exame dos registros auxiliares;• amostragem;• correlação das informações obtidas.	Avaliar a eficiência, efetividade e eficácia na prestação de assistência médica realizada no TREMG, identificando boas práticas que induzam a melhoria das condições de saúde dos servidores, de forma que estejam aptos física e mentalmente para o exercício de suas funções no TREMG.	Janeiro a março



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5.5 Concessão de abono permanência aos servidores que implementaram as condições para se aposentarem voluntariamente	SAUDP/C CG	ARg	Verificação dos processos de concessão do abono de permanência e de algumas Folhas de Pagamento, com a aplicação das seguintes técnicas: <ul style="list-style-type: none">• exame documental;• exame dos registros;• conferência de cálculos;• correlação das informações obtidas	<ul style="list-style-type: none">• Verificar se houve observância da legislação vigente nas concessões do abono permanência e se os procedimentos adotados estão corretos.	Janeiro a abril



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5.6 Atos de inclusão/ exclusão de dependentes para fins de concessão de auxílio pré-escolar efetuados pelo TRE/MG	SAUDP/ CCG	ARg	Utilização de papéis de trabalho para verificação dos riscos envolvidos e aplicação das seguintes técnicas: <ul style="list-style-type: none"> entrevista; exame documental; elaboração da Matriz de Riscos e Controles; correlação das informações obtidas 	<ul style="list-style-type: none"> Verificar se os procedimentos adotados têm observado a legislação vigente; verificar se há dependência efetiva do servidor e se a retribuição em pecúnia do auxílio pré-escolar ocorre dentro do prazo previsto pela legislação; verificar a consistência entre o conteúdo dos documentos comprobatórios apresentados pelos servidores que declaram dependentes portadores de necessidades especiais para auxílio pré-escolar e o cadastro no sistema SGRH. 	Maio a agosto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5.7 Monitoramento da auditoria sobre serviço-extraordinário realizada nas folhas de pagamento de servidores dos Cartórios Eleitorais do interior no exercício de 2011, conforme Relatório de Auditoria constante do documento nº 038923/2012 do Processo nº 6009004/ 2011.	SAUDP/ CCG	ARg	Utilização de papéis de trabalho para verificação, com a aplicação das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• exame documental;• exame dos registros;• conferência de cálculos;• correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar a efetividade da implementação de controles, visando à correta apuração de frequência e do serviço extraordinário prestado pelos servidores dos cartórios eleitorais do interior.	Maio a agosto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5.8 Substituições remuneradas ocorridas no âmbito da Secretaria do TREMG no exercício de 2015	SAUDP/C CG	ARg	Verificação das Folhas de Pagamento e aplicação das seguintes técnicas: <ul style="list-style-type: none">• exame documental;• exame dos registros;• conferência de cálculos;• correlação das informações obtidas	<ul style="list-style-type: none">• Verificar se houve observância da legislação vigente, bem como correção dos cálculos efetuados relativos às substituições ocorridas no exercício de 2015 no âmbito da Secretaria do TREMG.	Setembro a dezembro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5.9 Concessão e pagamento de diárias no exercício de 2015	SAUDP/C CG	ARg	Verificação dos processos de Concessão de Diárias e aplicação das seguintes técnicas: <ul style="list-style-type: none">• exame documental;• exame dos registros;• conferência de cálculos;• correlação das informações obtidas	<ul style="list-style-type: none">• Verificar a observância da legislação e a regularidade na concessão e no pagamento de diárias (e respectivas aquisições de passagens aéreas) no exercício de 2015.	Setembro a dezembro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5.10 Acompanhamento das medidas adotadas pela SGP com relação aos servidores que tiveram licença médica igual ou superior a 730 (setecentos e trinta) dias	SAUDP/C CG	ARg	Aplicação das seguintes técnicas: <ul style="list-style-type: none">• exame documental;• exame dos registros.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar a efetividade da implementação de controles, visando à correta apuração, comunicação tempestiva e adoção de providências com relação aos servidores que tiveram licença médica igual ou superior a 730 (setecentos e trinta) dias, a fim de se evitar o indevido recebimento do auxílio-alimentação, bem como avaliar se o servidor está apto a retornar ao trabalho ou se deverá ser aposentado por invalidez.	Setembro a dezembro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
5.11 Exame dos atos cadastrados no SISAC/ NET – Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (TCU): aposentadoria, pensão e admissão de servidores	SAUDP/ CCG	ARg	<ul style="list-style-type: none">• Conferência dos atos, comparando as informações constantes dos mesmos com os dados constantes dos processos de concessão de aposentadoria, pensão e admissão de servidores;• Emissão de parecer no sistema SISAC/NET, sobre a legalidade do ato.	<ul style="list-style-type: none">• Assegurar-se de que, em relação aos atos de pessoal, os procedimentos adotados têm observado os princípios gerais que regem a Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade e da legitimidade.	Janeiro a dezembro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
6. SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS					
6.1 Avaliação do 1º ano de execução da contratação dos serviços de manutenção predial – SETTA (CONTINUAÇÃO)	SAURE CCG	Arg	Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• exame documental;• entrevista/questionários;• correlação das informações obtidas;• exame dos registros no SIAFI.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar a execução dos serviços de manutenção predial nas localidades previstas no contrato n.º 109/2014, no período de agosto/2014 a agosto/2015.	Janeiro a março



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
6.2 Monitoramento de auditoria realizada na Administração dos Serviços de Transporte em 2009 (CONTINUAÇÃO)	SAOPE CCG	AOp	Análise por meio da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• entrevistas;• questionários;• observação direta;• uso de dados existentes;• amostragem;• correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar o cumprimento e a implementação das recomendações feitas aos setores envolvidos em auditoria realizada, relativamente aos níveis de eficiência e segurança apresentados na administração dos serviços de transporte.	Janeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
7. SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS / SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA					
7.1 Avaliação dos serviços continuados com cessão de mão de obra contratados pelo TREMG após a vigência do Acórdão TCU nº 1.214/2013 e das normas internas sobre o tema (CONTINUAÇÃO)	SAURE CCG	Arg	Análise através da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• exame documental;• exame dos registros no SIAFI;• análise das contas contábeis;• conferência de cálculos;• questionários;• correlação das informações obtidas;• revisão analítica.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar, por amostragem, se as contratações de serviços continuados com cessão de mão de obra, se encontram em consonância com as regras e diretrizes previstas no Acórdão TCU nº 1.214/2013 e normas internas.	Janeiro a março



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
8. SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					
8.1. Avaliação da Governança de Tecnologia da Informação (TI) do TREMG	SAOPE CCG	AOp	Análise por meio da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• entrevistas;• questionários;• observação direta;• uso de dados existentes;• exame dos documentos originais;• exame dos registros auxiliares;• mapeamento de processos;• amostragem;• correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Avaliar, objetivamente, a gestão de tecnologia da informação, evidenciando a sua forma de condução pela gerência do TREMG, principalmente quanto à estrutura de governança e às estratégias de mitigação de riscos.	Janeiro a maio



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
8.2 Avaliação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação do TREMG	SAOPE CCG	AOp	Análise por meio da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• entrevistas;• questionários;• observação direta;• uso de dados existentes;• exame dos documentos originais;• exame dos registros auxiliares;• mapeamento de processos;• amostragem;• correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Avaliação dos controles e da gestão de riscos relacionados à segurança dos dados, aos recursos e aos serviços de informação do TREMG.	Fevereiro a junho



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
9. TODAS AS SECRETARIAS					
9.1 Monitoramento das recomendações feitas em Relatório de Auditoria (PAD 6007257/2011) relativas a aquisição de materiais para setores diversos do TREMG (CONTINUAÇÃO)	SAOPE CCG	AOp	Análise por meio da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• entrevistas;• questionários;• observação direta;• uso de dados existentes;• exame dos documentos originais;• amostragem;• exame dos registros auxiliares;• correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar o cumprimento e a implementação das recomendações feitas aos setores envolvidos em auditoria realizada, relativamente à avaliação da destinação e do uso de bens de qualquer natureza, tendo em vista os argumentos que justificaram sua aquisição durante os anos de 2000 e 2004.	Janeiro a abril



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
9.2 Avaliação da Governança institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.	SAOPE CCG	AOp	Análise por meio da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• entrevistas;• questionários;• observação direta;• uso de dados existentes;• exame dos documentos originais;• exame dos registros auxiliares;• amostragem;• correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Analisar o nível de maturidade da gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, abordando os critérios de excelência gerencial (liderança, estratégias e planos, cidadãos, sociedade, informação e conhecimento, pessoas, processos e resultados).	Janeiro a maio



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
10. COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA/TODAS AS SECRETARIAS					
10.1 Avaliação da adequação de Indicadores existentes do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral (PETRE).	SAOPE CCG	AOp	Análise por meio da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• entrevistas;• questionários;• observação direta;• uso de dados existentes;• exame dos documentos originais;• exame dos registros auxiliares;• amostragem;• correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar a adequação de indicadores de desempenho utilizados no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, abordando aspectos de confiabilidade, utilidade, relevância, consistência, clareza e outros.	Janeiro a maio



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

ÁREA/ATIVIDADE A SER AUDITADA	ÓRGÃO AUDITOR	TIPO DE AUDITORIA	PROCEDIMENTO DE AUDITORIA	OBJETIVO	PREVISÃO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS
11. NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/TODAS AS SECRETARIAS					
11.1 Monitoramento das recomendações feitas em Relatório de Auditoria (SADP 37.116/2010) relativas à administração da segurança interna na Secretaria do TREMG	SAOPE CCG	AOp	Análise por meio da utilização das seguintes técnicas de auditoria: <ul style="list-style-type: none">• entrevistas;• questionários;• observação direta;• uso de dados existentes;• exame dos documentos originais;• exame dos registros auxiliares;• amostragem;• correlação das informações obtidas.	<ul style="list-style-type: none">• Verificar o cumprimento e a implementação das recomendações feitas aos setores envolvidos em auditoria realizada, relativamente aos níveis de eficiência na segurança patrimonial nos imóveis ocupados pela Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.	Janeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Notas de Esclarecimentos:

- 1- Importante ressaltar que as atividades planejadas para o exercício de 2015 foram impactadas pelo movimento grevista, bem como pelas dificuldades encontradas pelos setores em atender dentro do prazo as solicitações feitas pela auditoria, pela ocorrência de mudança de lotação de servidores da CCG, e outros fatores. Esclareça-se, contudo, que as atividades foram replanejadas para o exercício de 2016, à exceção do item 5.3 previsto, referente à avaliação das contratações relacionadas à construção do Anexo III, que ainda não foram firmadas devido ao atual estágio de negociação com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.
- 2- No exercício de 2016, também impactará a execução das atividades previstas pela SAOPE, a prestação de consultoria técnica às unidades do Tribunal, visando o desenvolvimento de ações necessárias à melhoria do sistema de controle interno do Tribunal. Será necessário apoiar as unidades da Secretaria do Tribunal que demandarem auxílio no desenvolvimento das ações necessárias à melhoria de seus controles internos, realizando as atividades de facilitação, orientação e treinamento dos gestores para a elaboração dos planos de ação, tendo em vista que o TREMG ainda está em fase inicial de estruturação sistemática dos controles internos e do gerenciamento de riscos, nos termos da recomendação da e. Presidência constante no relatório da auditoria da avaliação da estrutura de controle interno, PAD nº 1510185/2015.
- 3- Para o exercício de 2016 está prevista, ainda, a elaboração de estatuto da atividade de auditoria interna, no âmbito do TREMG, em atendimento à recomendação constante do item nº 7.3.1.1 do relatório de auditoria (PAD nº 1510185/2015), em consonância com o Acórdão TCU – Plenário nº 1.074/2009, com a Resolução CNJ nº 86/2009 e com as Normas Internacionais para a Prática de Auditoria



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Interna do IIA. Além disso, está previsto o desenvolvimento de programa de monitoramento da qualidade da atividade de auditoria interna do TREMG, em atendimento à recomendação constante do item nº 7.3.1.3 do relatório de auditoria (PAD nº 1510185/2015).

- 4- O presente Plano poderá sofrer alterações ao longo do próximo exercício, caso seja apurada a necessidade de se efetuar outras atividades de auditoria, que se apresentem mais urgentes, ou por solicitação da Alta Administração.
- 5- Da mesma forma, os períodos previstos para realização das atividades poderão variar de acordo com o desenvolvimento dos trabalhos pelas equipes de auditoria.

RENATA COUTO LESSA LIMA
Coordenadora de Controle de Gestão e Auditoria

De acordo.
NARA DE SOUZA LOPES
Secretária de Controle Interno e Auditoria